

O ano do nosso descontentamento

Os primeiros meses de 2020 obrigaram a uma rutura com a normalidade, em nome da proteção contra um vírus minúsculo, mas insidioso. A economia colapsou. Como indicam os nossos inquéritos, as famílias mais vulneráveis veem-se a braços com dificuldades financeiras. Qualquer El Dorado é uma miragem nas previsões. Saídas para a crise? Saem a conta-gotas e estão em evolução e negociação

Texto Deonilde Lourenço • Infografia Isabel Espírito Santo e Nuno Semedo

Cidadãos em trânsito pelo mundo espalharam, inadvertida e vertiginosamente, um vírus. E o que se seguiu, contamos-lo todos os dias. Como a anunciada hecatombe económica e social, desencadeada pela pandemia que começou a esboçar-se nas últimas semanas de 2019. A clausura instalada na maioria dos países, a par de uma crise sanitária, conduziu a uma recessão de contornos graves, cujos capítulos ainda estão por escrever. Poder-se-ia tê-la evitado sem expor os cidadãos a uma contaminação descontrolada pela covid-19? Teria o Serviço Nacional de Saúde (SNS) suportado o número de infetados? “Estamos presos entre dois monstros: a doença e a recessão”, diagnostica o sociólogo Fernando Diogo, na página 14.

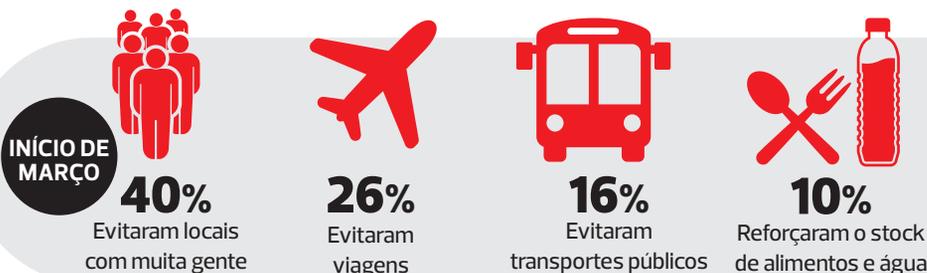
As forças partidárias estão unidas, não tanto nos meios para atingir os fins, mas na defesa de medidas de proteção aos cidadãos mais vulneráveis e às empresas, naturalmente co-dependentes. Mas até que ponto o embate vai ser amortecido? E até quando? Certo é que a crise económica carecerá de fases de apoio, previsivelmente

mais prolongadas do que o confinamento que esteve na sua origem. Após a urgência sanitária, e as medidas defensivas terem progredido e reduzido a economia ao mínimo, os primeiros passos, em maio: um despertar faseado para um regresso à atividade pré-pandémica e alguns sinais de vitalidade a emergir de uma já calculada lenta recuperação. Veja-se o cenário económico traçado pelo Executivo de António Costa, que não destoa das previsões da Comissão Europeia para 2021: queda de 7% do produto interno bruto (PIB), défice de 6,5% e taxa de desemprego na ordem dos 10 por cento. Previsão esta que pode pecar por defeito, como assinala o economista Ricardo Paes Mamede, na página 16. Outros números acompanham as previsões: os da evolução da própria pandemia e o fantasma de uma nova vaga. Até ao fecho desta publicação, o novo coronavírus já tinha infetado, no mundo, à volta de 7 milhões de pessoas e provocado cerca de 400 mil mortes. Em Portugal, aponta-se para mais de 34 mil e 1500, respetivamente.

O estado de emergência cedeu lugar ao de calamidade e, depois, a três fases de ▶

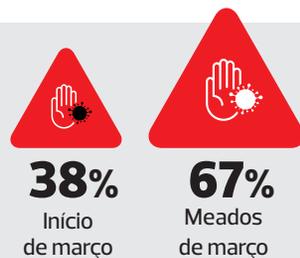
História gráfica da pandemia des

ADOTARAM MUDANÇAS NO DIA-A-DIA

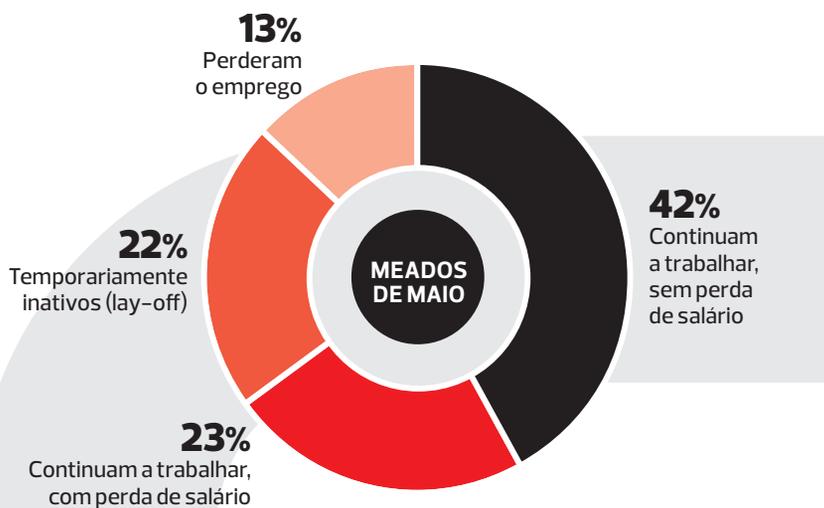


SEGUEM COM RIGOR AS R

DAS AUTORID



A 18 de março, foi decretado o estado de emergência. Os nossos inquéritos estatísticos, lançados no início desse mês, e prolongados até meados de maio, traçam tendências económicas e comportamentais. E um futuro de incerteza na estabilidade laboral.



PERDA MÉDIA DE SALÁRIO DURANTE O CONFINAMENTO



€ 581



€ 1126

PREJUÍZO TOTAL

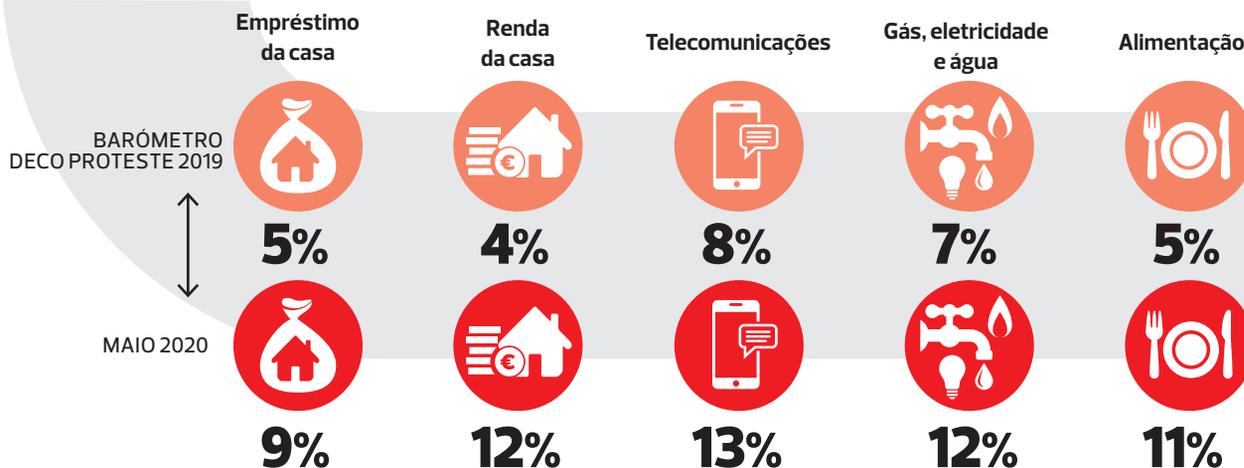


€ 763



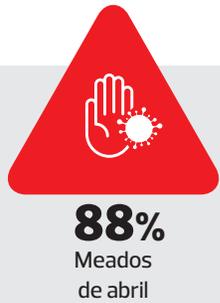
€ 1374

DIFICULDADE EM PAGAR DESPESAS

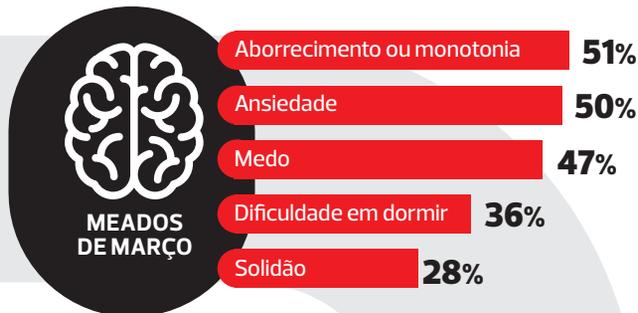


de os primeiros dias

RECOMENDAÇÕES ADES



DISTÚRBIOS NA SAÚDE MENTAL



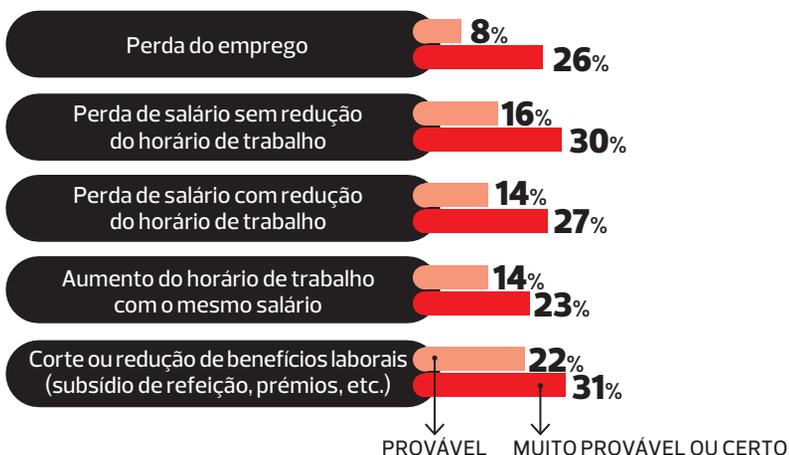
PRINCIPAIS MOTIVOS



PERDEU DINHEIRO DEVIDO À PANDEMIA?



CONVICÇÕES PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES



► desconfinação, nas quais as cortinas do *lockdown* foram sendo desveladas, até nos abrimos novamente para a vida fora de quatro paredes. Um estado, porém, permanecerá: o da emergência económica de milhares de famílias. Destas, fazem parte os profissionais de saúde, traves-mestras da crise, os trabalhadores das empresas, muitas ligadas ao turismo, que o Governo e os principais partidos tanto querem salvaguardar, e os trabalhadores sem vínculo, como os do setor cultural, e os mais fracos do sistema. Os pedidos de ajuda traduzem o que se esconde por detrás das máscaras. Elas, que medeiam também um estranho retorno à normalidade, de gel nas mãos e distância entre corpos.

As saídas, a espada e a parede

O equilíbrio das contas é o objetivo do Governo. Mas, entre o dinheiro disponível e o canalizado para os apoios, há um fosso. A despesa aumentou a partir de março deste ano, sobretudo devido às situações de *lay-off* e à compra de equipamento de combate à pandemia para os hospitais. Em abril, o défice das contas públicas agravou-se em 341 milhões de euros, com um saldo orçamental negativo de 1651 milhões de euros no mesmo mês. Mais 341 milhões face a 2019. Só até abril, a implementação de medidas contra a pandemia retiraram 660 milhões ao Orçamento do Estado. Enquanto se avalia a hipótese de um orçamento retificativo, em acesa discussão estão o fim da redução ou suspensão temporária da atividade laboral, ou *lay-off*, na sua versão simplificada – o que traz novas dificuldades para as empresas –, a suspensão dos pagamentos por conta e o reforço do SNS.

Cumprirá o Fundo de Recuperação Económica, proposto pela Comissão Europeia, e a ser aprovado pelo Conselho Europeu, o seu objetivo, de recuperação económica e social da crise? O valor não é desprecioso: 750 mil milhões de euros – 25 mil milhões para Portugal –, dos quais 500 mil milhões a fundo perdido e os restantes 250 mil milhões na forma de empréstimos. Multiplicam-se as dúvidas em cima dos números do descalabro financeiro. Calcemos, então, os sapatos do outro. De quem espera e desespera por respostas ou por uma luz ao fundo do túnel.

Prejuízo das famílias triplicou

As medidas de confinamento travaram o contágio – com dias vividos em função da progressão numérica da doença –, mas precipitaram muitas famílias portuguesas para uma crise financeira. Os nossos inquéritos, realizados entre o início de março e meados de maio, materializaram as suspeitas de que nem tudo ia correr assim tão ►

“A crise está a exacerbar as di

Fernando Diogo

Sociólogo, especialista em questões de pobreza e professor na Universidade dos Açores

A covid-19 parece ter evidenciado as desigualdades sociais. Como vê o futuro das famílias, sobretudo das mais vulneráveis?

Primeiro, ainda há muito para saber sobre o impacto deste problema e, segundo, as coisas estão a mudar muito depressa. Se a recuperação for rápida, como preveem algumas instituições internacionais, os efeitos da crise serão atenuados. Mas, mesmo no cenário mais otimista, existirão muitas famílias a sofrer com a crise. Já está a acontecer. A situação das famílias em relação à crise variará muito. Algumas até sairão beneficiadas, pois as atividades profissionais que os seus membros exercem são e serão muito requisitadas. Do pouco que já se sabe e do que se pode esperar, a crise não está a atingir todos por igual. Está a exacerbar as diferenças que já existiam. No emprego, os que não têm formalização na contratação serão os primeiros a ser despedidos. Muitos já o foram, e outros têm uma situação de tal forma precária que não se pode falar propriamente em despedimento, apesar de terem ficado sem trabalho. Mas as consequências para o orçamento familiar são as mesmas. Os travões que o Governo tem vindo a criar para os despedimentos não os abrangem e acabam por passar entre as malhas da rede.

Do ponto de vista social, ser mais vulnerável ou pobre é pertencer a um grupo de risco?

Uma coisa é ser vulnerável, outra é ser pobre. São situações diferentes, mais pelo grau, do que pela natureza. Os mais vulneráveis têm rendimentos baixos, mas acima do limiar da pobreza. Mas são vulneráveis porque qualquer coisa que corra mal os pode fazer cair facilmente na pobreza. E as coisas têm corrido mal nestes últimos tempos. Já os pobres não me parece que estejam em risco. Estão mesmo numa situação complicada. O que esta crise pode fazer é aumentar a intensidade da pobreza, que não é toda igual. Uns estão mais próximos do limiar da pobreza, e conseguem viver um pouco melhor, e outros mais afastados, tendo, por isso, uma pobreza



“O novo normal é ainda uma ideia à procura de conteúdo. Precisa de tempo para instalar novas rotinas”

mais intensa, mais dura, e mais dificuldade em sobreviver no dia-a-dia. É possível que muitos indivíduos pobres vejam a intensidade da pobreza aumentar, sobretudo aqueles que estão a ficar desempregados.

Dados estatísticos de um inquérito que realizámos revelam que a quebra de salário das famílias durante o período de confinamento foi, em média, de 1126 euros.

Infelizmente, não é nada surpreendente. Não obstante, é um valor médio, pelo que há pessoas e famílias que perderam tudo, outros que não perderam nada, como os funcionários públicos, e ainda outros que até ganharam. Estamos a assistir à distribuição das adversidades de forma desigual. Estas seguem as linhas de desigualdades já existentes. Em regra, os mais vulneráveis e os mais pobres são mais afetados.

A probabilidade de se perder emprego é de outra natureza. É uma avaliação subjetiva, feita num momento de crise, pelo que é muito provável que sobrestime bastante o que irá acontecer.

O teletrabalho alterou a gestão do tempo e a qualidade de vida passada em família?

A questão é se este teletrabalho veio para ficar ou se é episódico. É ainda muito cedo para dizer. Mas, se a situação não se prolongar, a maior parte do teletrabalho vai reverter-se e deixar poucos vestígios. A prolongar-se, é possível que entre nas rotinas de algumas atividades. O teletrabalho está a ter um impacto importante num processo que já vem de longe, que é o da diluição das fronteiras entre o tempo de trabalho e outros, como o doméstico. As pessoas estão a trabalhar mais horas. As transformações na apropriação social do tempo e do espaço que se têm vindo a verificar estão a ser exacerbadas pelo teletrabalho e pela escola à distância, embora com espaço para um amplo processo de reversão. Depende do tempo que a crise durar. Mais do que uma questão de qualidade do tempo de vida familiar, está em causa um processo de redução desse tempo em favor do trabalho.

Vamos tornar-nos numa sociedade mais individualista ou mais solidária? O que é este “novo normal” e que alterações acarreta para as relações sociais?

Estamos perante um gelo mesmo muito fino, pois estamos a experienciar fenómenos sociais novos, só possíveis pelos recentes avanços nas tecnologias de informação. Estamos a viver coisas que, nos anos 50 ou 60, apareciam nos livros de ficção científica. Não podemos pensar o futuro olhando só para as forças da mudança social. Estas são muito poderosas, mas também temos de ter em conta as forças que puxam para que tudo fique na mesma. Por um lado, há limites decorrentes da própria natureza humana. Nem tudo é possível. Por outro, há a grande inércia do hábito. As coisas vão mudar, a nossa sociedade tem um ritmo incrível de mudança social, mas, se calhar, não tanto

ferenças”

como uns querem e outros temem. Se vai ser no sentido da individualização ou da coesão social, a maior probabilidade é que a individualização se acentue. Resta ver se a que vai emergir será mais assente no culto da excelência ou nos direitos humanos. Quanto ao novo normal, é, para já, uma ideia à procura de conteúdo. É tudo muito recente. Um novo normal precisa de tempo para instalar novas rotinas, que estão estrangidas pelas precauções em relação ao vírus. Resta ver se vão ficar muito tempo e transformar-se em hábitos. Nas relações sociais, só se a situação se prolongar é que haverá tempo para consequências. O beijo e o abraço estão suspensos, mas não mortos.

Como recuperar a confiança na convivência social, sair da “bolha familiar” e ultrapassar medos e inseguranças perante a ideia, por exemplo, de uma segunda vaga do vírus?

O stresse e o medo são reações naturais e saudáveis, mesmo que não sejam agradáveis. Mas, quando passam determinados limites pessoais e sociais, perdem a utilidade, tornando-se fatores de disrupção individual e social. Variará com os indivíduos, as famílias e as sociedades. Há lugar para um importante papel das políticas públicas na atenuação dos efeitos da crise no que respeita ao medo e ao stresse. Há ainda que ter em atenção o desenrolar dos acontecimentos: uma coisa será se isto se prolongar, outra se a crise epidemiológica se desvanecer de forma mais ou menos rápida. Pode desenrolar-se de formas muito diferentes, oscilando entre uma aventura interessante para contar aos netos e um momento traumático de uma geração, com consequências duradouras.

O “desconfinamento” pode estar associado a um relaxar das medidas de segurança?

Estamos presos entre dois monstros: a doença e a recessão. Os humanos são animais sociais e temos uma compulsão muito grande, e muito difícil de contrariar, para estar com outros. Nos portugueses, há até um certo reforço cultural para a sociabilidade. No atual contexto, pode ser algo que paguemos muito caro.

► bem, no que toca ao orçamento familiar. As previsões do Governo vieram apenas confirmá-lo. Mas a evolução da pandemia exacerbou inquietações e inscreveu a saúde mental na equação da crise. A ansiedade e o medo apoderaram-se de muitos portugueses, ao ponto de não saírem, nem por motivos de saúde, com receio de ficarem infetados. É um efeito ainda por calcular.

Desde março até meados de maio, a perda de rendimento generalizou-se a 70% dos agregados familiares, revela o nosso último inquérito. Em média, cada um destes lares foi lesado em 1374 euros. Considerando o universo das famílias portuguesas, cada uma já perdeu, em média, 944 euros. Multiplicando este valor pelos agregados (perto de 4,2 milhões), pode concluir-se que, no total, o prejuízo já ultrapassa 3,9 mil milhões de euros. Em meados de março, era de 1,4 mil milhões de euros. Em dois meses, os danos financeiros quase triplicaram.

No âmbito do abalo financeiro, está a perda ou a redução do rendimento profissional. Entre meados de março e meados de maio, a falta de liquidez salarial acentuou-se, passando de 581 para 1126 euros. Metade dos portugueses estão a sofrer as consequências. Outras razões estão na base do prejuízo: cancelamento de viagens, eventos culturais e desportivos, perdas em rendas de imobiliário e em investimentos em produtos financeiros.

Despesas mais críticas

Ainda a ameaça da covid-19 sobre a economia era uma miragem e o estado de emergência imprevisível, e já havia evidências de que, em muitos lares, honrar as despesas requeria uma disciplina espartana. Comparando os dados do Barómetro DECO PROTESTE, do final de 2019, com os obtidos no inquérito de meados de maio, o crescimento da dificuldade é notório. Despesas com alimentação e pagamento da renda ou prestação da casa são as mais sensíveis. Também as contas da água, da eletricidade e do gás pesam. As poupanças, como consequência, estão a ser delapidadas. Num terço dos casos, usaram-se as economias para enfrentar as despesas. E outro terço antevê a necessidade de o vir a fazer.

Enfrentando circunstâncias adversas, uma em quatro famílias viu-se forçada a pedir auxílio financeiro. As principais necessidades prendem-se com ajuda alimentar, assistência à família (para ficar em casa com filhos até aos 12 anos), apoios financeiros (a trabalhadores independentes, por exemplo), adiamento do pagamento das contas da água, luz, gás e telecomunicações, ou de impostos, e ainda com a suspensão ou o adiamento do pagamento

da renda, da prestação da casa ou de outros empréstimos.

E amanhã?

No futuro, de acordo com a perceção dos inquiridos, representativos da população nacional, o impacto da covid-19 na situação financeira e profissional vai certamente agudizar-se. Mesmo para quem trabalha por contra de outrem, o pessimismo é a palavra de ordem para os próximos 12 meses. Mais de um terço dos portugueses vê como plausível ficar sem emprego. Já a perspectiva de perder parte do salário, sem redução do horário laboral, é partilhada por cerca de metade. A perda de benefícios (subsídio de almoço ou seguro de saúde) ou a redução das oportunidades de carreira (promoções e aumento salarial) é expectável para a maioria.

Desde o início da crise, 65% dos portugueses mantiveram-se a trabalhar, 42% dos quais com o mesmo salário. Contudo, 23% viram o rendimento reduzir. Horizontes mais incertos enfrentam 22% das famílias, nas quais algum elemento ficou temporariamente sem trabalho, devido, por exemplo, a uma situação de lay-off, ou a desemprego, algo que atinge 13% das que responderam ao inquérito. Mais frágeis, os trabalhadores independentes mantiveram-se a trabalhar, mas com perda de rendimentos. O gradual regresso a uma certa normalidade não pode excluir, como é visível, medidas prolongadas de proteção aos vulneráveis. O Instituto Nacional de Estatística refere, por exemplo, que, só na primeira metade de maio, 50% das empresas reportaram uma redução de trabalhadores que afeta a maioria.

Atenuantes para a crise

As preocupações dos consumidores chegam-nos de viva voz. Entre março e abril, registámos mais 40% de chamadas face ao mesmo período de 2019 e, em maio, mais 20%: no total, 83 mil, mais 20 mil do que em 2019. A Linha do Investimento teve um incremento de 30 por cento.

Dúvidas dominantes: lay-off, cancelamento de viagens e de espetáculos, moratórias de crédito à habitação e de rendas, pagamento da mensalidade das creches, poupanças, investimentos e a possibilidade de resgate de aplicações para colmatar perdas de rendimento. Algumas decisões informadas podem aliviar o fardo. Telefone (218 410 858) e procure os melhores conselhos dos nossos juristas, em www.deco.proteste.pt/coronavirus e em www.deco.proteste.pt/investe/coronavirus-investimentos. ■

Dossiê técnico Carlos Morgado e André Gouveia

“Duração da crise depende da resposta das autoridades”

Ricardo Paes Mamede

Economista e professor no ISCTE

Como vê a recuperação desta crise ao nível nacional e internacional?

A pandemia tem vários custos associados: despesas com equipamento e serviços de saúde, redução mais ou menos total e mais ou menos duradoura da produção em vários setores, redução do consumo e do investimento devido à perda de rendimentos e à incerteza, acumulação de dívidas das empresas, das famílias e dos Estados e aumento do crédito malparado junto da banca. A duração e a intensidade desta crise vão depender da resposta das autoridades, bem como da evolução da pandemia.

Os portugueses estão mais bem preparados para lidar com esta nova crise do que estavam em 2008?

A fragilidade da economia portuguesa não é hoje menor do que era há 10 anos. Além dos défices estruturais que já existiam, temos mais endividamento público e privado, e uma dependência acrescida do turismo, que está, e vai ser, dos mais afetados. O que parece haver de novo, e que pode ser positivo, é a disponibilidade das lideranças europeias para lidar de modo diferente com problemas comuns a outros países.

Qual o impacto da recessão sobre o orçamento das famílias?

A sociedade portuguesa é muito desigual. Estudos sugerem que os mais penalizados pela perda de emprego e pela quebra de rendimentos são segmentos da população que eram já mais desfavorecidos, sobretudo trabalhadores com contratos precários e do setor informal. Teremos várias centenas de milhares de pessoas a enfrentarem situações financeiras difíceis.

Prevê-se uma taxa de desemprego de 10 por cento. Que mecanismos serão necessários para atenuar este risco?

Não é de excluir que a taxa seja superior. Num momento destes, a incerteza afeta as intenções de consumo e de investimento. O combate ao desemprego tem de passar



“Teremos várias centenas de milhares de pessoas a enfrentar situações financeiras difíceis”

pela intervenção pública, através do investimento em atividades intensivas em mão-de-obra, e por apoios seletivos e condicionais a alguns setores e empresas.

Os apoios sociais em discussão, como a prestação social de apoio extraordinário, de 348 euros, são suficientes?

Tanto pelos montantes envolvidos, como pela sua abrangência, os apoios anunciados não asseguram os mínimos de subsistência para todas as situações. Mas são uma ajuda importante em muitos casos.

A hotelaria e a restauração foram bastante afetadas. Que áreas podem substituí-las na criação de empregos?

Não sabemos a duração da crise do turismo. A resposta terá de passar pelo estímulo do alojamento e da restauração (promoção da procura interna, capacitação das empresas para a adaptação a novas formas de relacionamento com os clientes, e adoção de regras e certificações de segurança sanitária), combinado com o lançamento de iniciativas públicas em diferentes áreas, que ajudem a absorver parte da mão-de-obra desempregada daqueles setores. Não vejo que possa ser feito numa ou duas áreas. O esforço tem de ser muito diversificado.

Os Estados, incluindo o português, estão a mobilizar recursos para acudir aos cidadãos e às empresas. É inevitável subir impostos?

A subida de impostos poderia ser maior no futuro próximo, caso o Estado não fizesse nada e a economia entrasse numa recessão profunda. Tudo vai depender de como a economia evolui e das medidas que forem adotadas à escala europeia.

Como avalia a proposta de Bruxelas de um Fundo de Recuperação de 750 mil milhões de euros?

Uma medida inédita e importante, que reduz muito as dificuldades de financiamento do Estado português. Por si só, não elimina o risco de assistirmos a uma forte pressão para a contenção das despesas públicas logo que a emergência sanitária passar.

Que mudanças positivas poderão sair da crise? O teletrabalho, por exemplo?

Há muitas áreas em que poderiam ocorrer mudanças – na organização do trabalho, nas cadeias de produção internacionais, na valorização dos serviços públicos de saúde e educação, nos investimentos em ciência e tecnologia, na democratização do acesso a recursos digitais e no ordenamento do território. Mas as mudanças não dependem só de boas ideias e de boas vontades, mas também de diferentes interesses em jogo e da sua capacidade para influenciar as decisões políticas.